

DEFESA DE DIREITOS

A PEC da maldade e o racismo brasileiro

A Proposta de Emenda Constitucional 55, que limita por 20 anos os investimentos sociais da União à inflação do ano anterior, foi aprovada na Câmara e deve ir a voto no Senado no próximo dia 29. São necessárias duas votações para que o texto vá a sanção presidencial, o que o governo golpista tenta fazer acontecer ainda neste ano.

Como reconhecido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso “há risco de setores mais vulneráveis e menos representados politicamente perderem a disputa por recursos escassos.”

Os mais atingidos entre os “mais vulneráveis” serão as negras e negros brasileiros que já vivem em condições de muita desigualdade em virtude do racismo estrutural e institucional.

A PEC vai levar à estagnação orçamentária nas áreas de saúde, previdência, assistência e educação, sendo que a população negra é 70% dos usuários do SUS, para ficar só num exemplo.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra so-



Foto publicada no Blog da Editora Boitempo

frerá redução do investimento no combate ao diabetes, hipertensão arterial, doença falciforme, miomas, bem como à morbimortalidade materna e infantil e ao HIV/Aids – que leva à morte três vezes mais negras que brancas na capital paulista, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (o governo do Estado omite os dados).

Analisando a PEC o consultor legislativo do Senado Ronaldo

Jorge Araujo Vieira Júnior ressaltava que o artigo 60 da Constituição Federal de 1988 coloca os direitos e garantias individuais entre as cláusulas pétreas do ordenamento jurídico brasileiro – aquelas que não podem ser submetidas a emendas. E foi taxativo em afirmar a inconstitucionalidade da PEC.

É hora de intensificar a luta contra esse projeto nefasto.

Eliminar o racismo no trabalho

Como já comprovado em diversos estudos, a mulher negra sofre múltiplas violências e discriminações em todas as áreas da vida. Mas é no mercado de trabalho que o racismo estrutural brasileiro fica mais evidente.

Em 2014 uma mulher negra recebeu em média R\$ 6,40 por hora de trabalho enquanto um homem branco recebeu em média R\$ 20,20, segundo dados disponíveis no painel Observa Gênero.

Cerca de 38% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres negras, que em sua maioria recebem de um a três salários mínimos para sobreviver e sustentar a família.



LATUFF 2006

Os trabalhos mais precarizados – como os serviços terceirizados e serviços domésticos – são majoritariamente assumidos por mulheres negras. As empresas e patrões desrespeitam direitos trabalhistas, atrasam salários, não pagam vale transporte. E agora o Estado brasileiro quer

legalizar essa situação. O Supremo Tribunal Federal está analisando um processo judicial que pode considerar legal a terceirização das atividades fim (por exemplo aulas na Universidade e atendimento de saúde). E no Congresso Nacional também tramita um projeto de lei que legaliza a terceirização em todos os ramos da economia.

Essa realidade será piorada pela reforma da Previdência que Temer quer impor – aumentando o tempo de trabalho das mulheres em dez anos ao equiparar a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres em 65 anos.

Desigualdade de gênero e raça em números

- 80% das mães de crianças nascidas com a síndrome congênita do zika vírus.
- 65,1% das vítimas de mortalidade materna.
- 58,86% dos registros de violência doméstica.
- Quase duas vezes mais chances de morrer de forma violenta que mulheres brancas (as taxas de homicídio são, respectivamente, de 5,4 e 3,2 por 100 mil habitantes).

Fontes: SIM/Ministério da Saúde 2014; 'Folha de S.Paulo' com dados obtidos junto ao Ministério por meio da Lei de Acesso à Informação; Balanço da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

Ocupar escolas e rejeitar a reforma educacional de Temer é uma luta antirracista

As taxas de analfabetismo no Brasil ainda são preocupantes (mais de 13 milhões de pessoas maiores de 15 anos não sabem ler nem escrever). E a população negra tem praticamente duas vezes menos chances na vida do que os não negros em razão dos altos índices de analfabetismo. Segundo dados da ONU, 80% dos brasileiros analfabetos são negros e negras, e 64% deles não completam a educação básica.

Além disso, dados do IBGE divulgados em estudo produzido pelo Instituto Unibanco em fevereiro deste ano apontam que há mais de um milhão de jovens entre 15 e

17 anos que abandonaram a escola.

Baixos níveis de renda, que exigem começar a trabalhar ainda na infância, gravidez na adolescência, e um projeto educacional elitista e desestimulante são algumas das causas apontadas por especialistas para a alta evasão escolar no país. E todos esses problemas atingem mais a população negra, além do racismo e discriminação no ambiente escolar – evidenciada na dificuldade de implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura da África e indígena, mas não são cumpridas em quase nenhuma escola do país se-

riamente.

A proposta de contrarreforma do ensino médio baixada por medida provisória pelo governo golpista tornará esse panorama ainda pior. Não à toa destacam-se na liderança das ocupações de escolas jovens meninas negras que lutam ao lado de muitos rapazes também de maioria negra contra o esfacelamento da educação pública brasileira. Por isso o STU apoiou em 2015 a luta dos secundaristas paulistas que barraram o projeto de “reorganização” do governo Alckmin que fecharia mais de 100 escolas e apoia as ocupações contra a PEC 55/2016 e a reforma do ensino médio.

PROGRAMAÇÃO

22 de novembro (terça-feira)

“A arte de fazer arte”

12 às 14 horas - Salão Nobre da Faculdade de Educação da Unicamp

Exibição de curtas e bate papo com o jovem cineasta Jurssa – cinegrafista, produtor e fomentador cultural

25 de novembro (sexta-feira)

“É tudo nosso e Hip Hop na Veia”

12 às 14 horas - Restaurante Universitário (RU)

Apresentação de MC Tim e Dr. Sinistro. Participação de Brizzie, Queizi Rpc, Jenny Zion, Guri A pedra de Davi, Don Kpone, Dj Esquina, Vítor Mafra, Toka Dus Monstrão, Família Delta, Lezica e Lan Cordeiro.

XV Semana da Consciência Negra do STU
“Até quando?”

3 a 30 de novembro de 2016

Organização
Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

Apoio
UNICAMP, DCE, UNICAMP

Cotas e reparações, conceitualmente

Reginaldo Bispo

Cotas é uma ação afirmativa, é uma compensação do Estado a um determinado grupo social para reduzir disparidades e desigualdades sociais, reconhecidas em uma sociedade. Cotas não é indenização. Ação afirmativa é uma figura do direito nacional e individual.

Reparação Histórica, por seu turno, a grosso modo, é uma forma de indenização coletiva, cobrada e exigida a critério das vítimas [coletivamente], por um crime contra os direitos humanos, um crime contra a humanidade, um crime da história. É uma figura jurídica, derivando do direito internacional.

No Brasil, negros e indígenas têm direito a reparação pelos crimes cometidos pelos europeus e os senhores escravocratas - de escravidão, tráfico negreiro, comércio escravocrata, colonialismo e genocídio. Todos crimes contra os Direitos Humanos, que não prescrevem nunca, e que segundo as deliberações da II Conferência Internacional Contra o Racismo e Discriminações Correlatas de Durban/2001, das quais o Brasil assina solidariamente.

O movimento pelas Reparções é internacionalmente construído por povos negros africanos e da diáspora, assim como povos na-



tivos vítimas do colonialismo, do escravismo e de guerras imperialistas, como a II Guerra Mundial.

No Brasil, a mobilização e organização de negras e negros vêm sendo implementada pela OLPN - Organização pela Libertação do Povo Negro e outras entidades do movimento negro, recolhendo em vários estados assinaturas para o PLIP - Projeto Legislativo de Iniciativa Popular pela Reparação, em

conformidade com as deliberações de Durban, e segundo as técnicas jurídicas e parlamentar.

Esse Projeto deve recolher mais de 1.000.000 de assinaturas a serem entregues ao Congresso Nacional, com a mais ampla mobilização a ser construída por negras e negros, em Brasília, de modo a abrir o processo da exigência das Reparções para Negros e Indígenas no Brasil.